

Editorial
Imperativo: eleições *ame*
16 NOV 1987
para Câmara e Senado

A VOTAÇÃO, ontem, na Comissão de Sistematização, do prazo de mandato do Presidente da República coloca o País em situação político-social extremamente grave.

SE prevalecer no Plenário a implantação do Parlamentarismo e o prazo de quatro anos para o Presidente, isso significará a necessidade da imediata convocação de eleições para Câmara e Senado. Caso contrário, estaríamos em face de uma tentativa de golpe de estado, mediante o qual os atuais membros do Congresso passariam a usurpar funções que não lhes foram conferidas nas urnas.

A NAÇÃO está consciente de que os congressistas foram eleitos para duas funções: exercer o Poder Legislativo na forma da Constituição presidencialista vigente e elaborar uma nova carta constitucional.

NO início do próximo ano, encerrar-se-ão os seus trabalhos como Assembléia Nacional Constituinte.

RESTAR-LHES-IA, então, exercer as atribuições legislativas atinentes ao regime presidencialista, na hipótese de que o mesmo fosse mantido. Não sendo, tornar-se-á inviável e ilegítima a sua permanência no Congresso que, a partir da promulgação da nova Carta, passará a ter não somente atribuições legislativas mas, acima de tudo, o poder de eleger e depor, de forma indireta, o Chefe do Poder Executivo.

EM suma, a adoção do parlamentarismo exi-

girá eleições inadiáveis para os representantes do povo no Senado e na Câmara. A Comissão de Sistematização rejeitou proposta nesse sentido. Dessa maneira, tornou-se evidente que a aprovação do projeto de redução do mandato presidencial representou o primeiro passo da manobra de uma minoria de constituintes que pretende assumir poderes para cujo exercício não foram eleitos, visando a impor imediatamente diretrizes de governo ao Presidente Sarney e, ao mesmo tempo, apoderar-se de cargos e recursos para influir na eleição do futuro Presidente.

ILUDEM-SE os autores e cúmplices dessa manobra ao admitir que a mesma poderá tornar-se realidade.

O PRESIDENTE Sarney cumpriu o elementar dever de advertir os seus companheiros de partido dos riscos que a transição democrática vem enfrentando. Mantem-se na disposição de atuar no sentido de que, qualquer que seja o texto aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, o mesmo será respeitado com todos os seus efeitos e consequências.

NESSAS condições, passando a vigorar o disposto na Comissão de Sistematização, não haverá outro caminho senão o da imediata convocação de eleições para o Executivo e o Legislativo.

QUALQUER desvio desse imperativo constituirá golpismo, que a Nação, por seus segmentos civis e militares, não admitirá.